



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XI — N.º 122 — SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

## Declaração da J. R. P. sobre o Pacto do Atlântico Norte

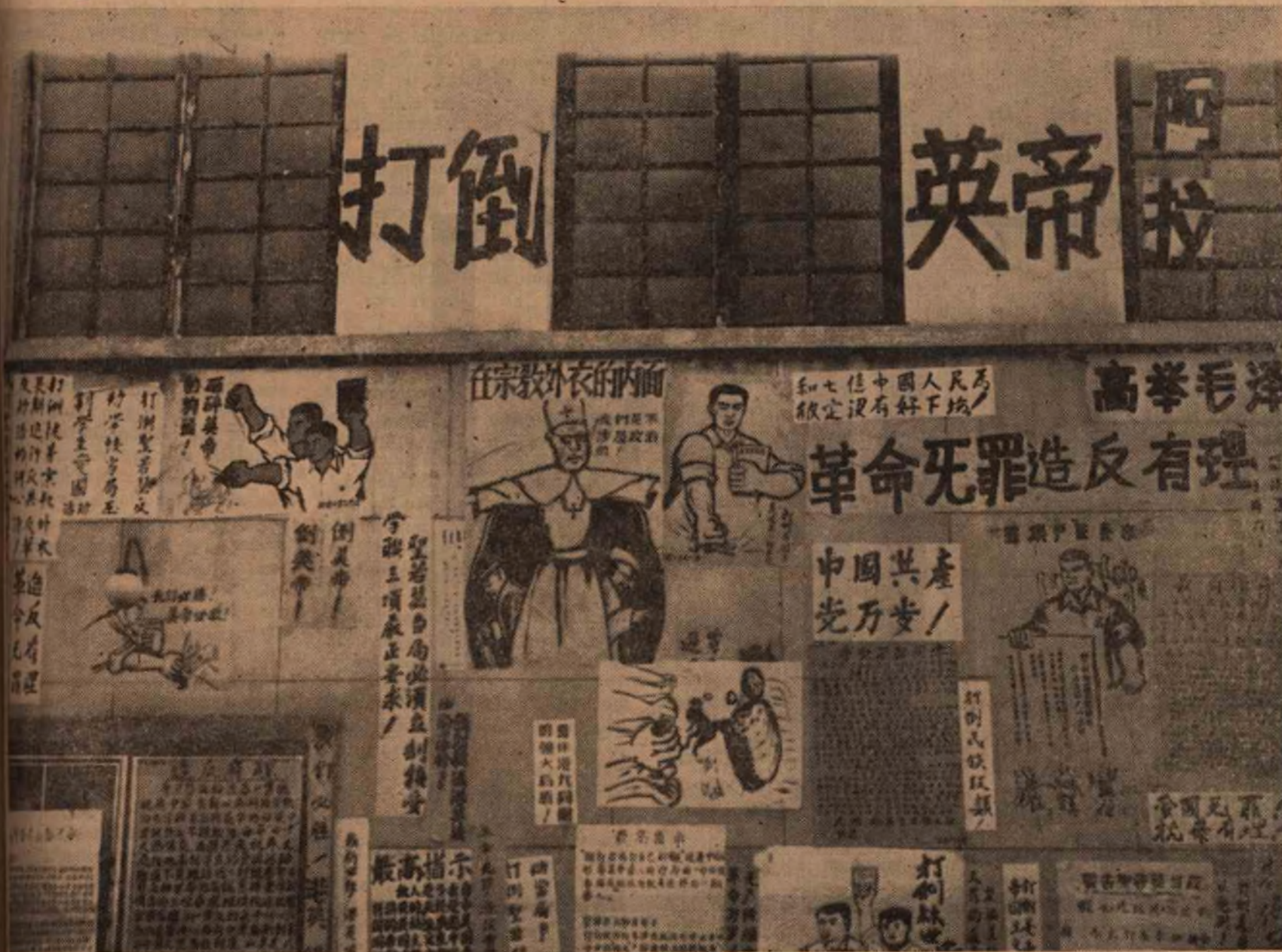
Publicamos a seguir, na íntegra, o texto de uma declaração da Junta Revolucionária Portuguesa da F.P.L.N. sobre o O.T.A.N., documento para o qual, pela sua grande importância, chamamos de modo particular a atenção dos nossos leitores.

1 — Os países europeus signatários do Pacto do Atlântico ao decidirem em 1969, no termo da vigência da aliança, se esta deve ser renovada, não podem deixar de ter em conta, por um lado, a inexistência de uma ameaça agressiva por parte dos países socialistas e, por outro lado, a crise interna que atravessa a OTAN, resultante, em primeiro lugar, do papel negativo que esta tem desempenhado, como obstáculo ao estabelecimento e defesa da paz, da segurança, da independência nacional e da democracia na Europa e no Mundo.

2 — As sucessivas diligências do governo dos Estados Unidos para levar os seus aliados da OTAN a prestarem apoio, político e militar, às agressões militares americanas, primeiro contra a Coreia, depois contra o Vietnam; a doutrina de que a Europa tem no Pacífico uma "frente ocidental" (Dean Rusk); a utilização, direta ou indireta, da OTAN, das suas bases e meios logísticos, em aventuras militares contra a soberania, a independência e a paz de outros povos (Médio Oriente); o apoio político, militar, económico, diplomático, concedido pela OTAN e por governos aliados na OTAN, com prejuízo das decisões das Nações Unidas, aos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia e às três guerras coloniais conduzidas em Angola, Guiné e Moçambique, pelo atual governo português, apoio esse, tendente à consolidação na África Austral de um agressivo bastião racista e fascista;

deslocaram a aliança atlântica do seu quadro geográfico inicial e fizeram dela a par de uma aliança de guerra contra países socialistas, um instrumento da hegemonia dos Estados Unidos — aliados aos círculos dirigentes da R.F. Alemã — sobre os países da Europa Ocidental e da sua dominação colonialista, neo-colonialista e imperialista, sobre os povos de outros continentes.

3 — A consagração feita pela OTAN, da R.F. Alemã como "único Estado representativo do povo alemão" e a obrigação imposta aos seus membros de não reconhecimento da existência da República Democrática Alemã, como um novo Estado europeu, livre e independente; a reivindicação acintosa da Alemanha de Bonn, (Continua na pág. 4)



### PARADOXOS DE MACAU...

No protectorado chinês de Macau, que a imprensa salazarista insiste diariamente as coisas mais estranhas, desde o enforcamento simbólico da rádio local com hinos maoístas. Entre as muitas situações paradoxais em integrar Macau no seu território, do qual é histórica, étnica, cultural e geograficamente um apêndice, conta-se agora um conflito que opõe os padres do Colégio de São João aos membros das juventudes maoístas. A nossa gravura dá uma idéia das tensões geradas, através do aspecto bastante bizarro oferecido pela fachada do velho estabelecimento completamente coberto de cartazes alusivos à pendência em curso. Pretendem os jovens chineses duas coisas: 1) Que sejam punidos os professores que proíbem o uso pelos alunos — quase todos semiraristas — de uniformes iguais aos do presidente Mao Tse-tung; 2) que entre as materias do curriculum escolar sejam incluídas as obras do presidente Mao Tse-tung e particularmente a pequena antologia com os seus pensamentos. Segundo notícias vindas a lume na imprensa de Hong-Kong mostram-se os padres do Colégio São João irredutíveis, preferindo fechar as portas a ceder às exigências da juventude maoísta. Mas a nota mais extraordinária desse extraordinário conflito é-nos dada pela posição do governador salazarista da colônia, aconselhando prudência aos sacerdotes e exortar do-os a não quebrarem o diálogo!

## O CINCO DE OUTUBRO

Fêz no dia 5 de outubro 57 anos que ruíu a estrutura secular da monarquia portuguesa. A revolução republicana que conseguiu derrubar esse sistema que parecia tão sólidamente ancorado, não foi um movimento inesperado e súbito. Ela resultou de uma longa preparação, de dezenas de anos de esforço, no mais das vezes aparentemente inglórios e infrutíferos, de um trabalho de doutrinação levado a cabo à escala nacional, de uma larga mobilização de massas, de estudos sobre a realidade nacional, que culminaram finalmente no golpe vitorioso do 5 de outubro. Des lutas reivindicativas por uma Constituição até à Revolução republicana quase um século se passou. Um século de lento amadurecimento de idéias, de sucessivas modificações de estratégia e sobretudo de uma participação cada vez maior do povo nas campanhas políticas. O 5 de outubro só foi possível porque os revolucionários souberam conquistar para a causa republicana as massas populares, sobretudo as urbanas, organizando-as e dispondo-as para a luta: no momento necessário estas concentrações populares estavam prontas para a insurreição. E quando a 4 de outubro foi dado o sinal para a sublevação, cada homem estava a postos e a monar-

quia, apesar de dispôr a seu favor da força da inércia, foi varrida de Portugal.

Este trabalho preparatório é o maior exemplo que os republicanos nos deixaram. Tal como no período que antecedeu o 5 de outubro devemos consagrar-nos sem descanso à tarefa da organização, da formação de quadros, da chamada à luta de camadas cada vez mais largas do povo português. A revolução vitoriosa que hoje comemoramos ensina-nos que só se conseguirmos mobilizar as massas populares em torno da bandeira do anti-salazarismo lograremos derrubar uma estrutura que se acha protegida por um severo e implacável aparelho repressivo e, que, por ter posto em leilão internacional as riquezas do país e das colônias, dispõe de sólidos apoios externos. É evidente que uma tarefa deste tipo não se realiza de um dia para o outro. Mas o 5 de outubro deve constituir também para nós uma longa lição de perseverança.

# SUBMISSÃO TOTAL AO ESTRANGEIRO

A tróca dum auxílio para fazer frente à luta do povo português e à luta dos povos das colónias portuguesas, o governo fascista foi fazendo concessão atrás de concessão aos imperialistas. Com o desencadear da luta armada dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, Salazar, procurando abafá-la com a guerra faz pesar sobre o país encargos incomportáveis para a sua economia. Para evitar súbito desequilíbrio financeiro, tem de recorrer mais e mais ao auxílio externo. Empréstimos estrangeiros, passaram a ser a varinha mágica da solução das dificuldades de Salazar. E o que significam estas frias palavras "empréstimos" e "investimentos"? Elas significam que os monopólios estrangeiros se vão apropriando cada vez mais do domínio de toda a vida económica portuguesa, significam que a independência de Portugal é apenas uma expressão enganadora.

Já nos anos dos chamados I e II "Planos de Fomento", aos investimentos e ao crédito externos coube elevada quota no total dos investimentos. Nos anos de 1962 e 1963, as "importações de capitais privados a longo prazo" subiram a 3,5 milhões de contos; em 1963 os empréstimos obtidos com o aval do Estado pelos grupos monopolistas portugueses subiram a cerca de 2 milhões de contos. Com o recurso crescente aos empréstimos para suprir as dificuldades do governo, a dívida pública externa subiu a quase 6 milhões de contos, tendo mais de 1 milhão de contos sido obtido a taxas de juros superiores a 5%! Segundo dados oficiais, em 1964, couberam ao crédito externo nada menos de 30,4 por cento do total dos investimentos (Contas Gerais do Estado de 1964).

O imperialismo estrangeiro vai-se assim apossando directamente de novos setores importantes da nossa economia e tornando-se credor de empresas privadas e do Estado português, que lhes têm de pagar cada ano, em juros, centenas de milhares de contos arrancados ao trabalho não pago da classe operária.

## O Plano Intercalar de Fomento

O aumento da dívida pública externa, contraída pelo governo fascista para pagar os gastos do aparelho repressivo e da guerra colonial, representa uma verdadeira hipoteca para o futuro do país. Mas os fascistas, traidores aos interesses nacionais, não se preocupam com as possibilidades reais de pagarem o que devem. Que "solução" vêem eles para o pagamento da dívida externa? A expansão da economia nacional que permita a esta libertar-se da dependência? Não. Esse fantástico documento de traição nacional que é o "Plano Intercalar de Fomento" indica cínicamente a "solução" fascista. "Por definição — declara-se no "Plano" — o problema da capacidade de pagamento da dívida externa estará solucionado sempre que for possível assegurar novas entradas de capital, suficientes para pagar os encargos da dívida anterior e para permitir simultaneamente a manutenção do volume de importações

considerado necessário" (vol. 1, p. 164).

Qualquer comerciante que peça emprestado a torto e a direito para gastos necessários e não necessários e que, para pagar as dívidas e para continuar os gastos, conte apenas com novos empréstimos, será acusado de quebra fraudulenta. Não é diferente a confessada orientação dos fascistas.

A entrega de Portugal ao imperialismo estrangeiro tornou-se a solução preferida para as dificuldades dos fascistas. O "déficit" da balança comercial repete-se de ano para ano? Atinge mais de 7 milhões de contos anuais? Não significa isso a catástrofe financeira que se aproxima? Não, respondem os fascistas. O equilíbrio da balança de pagamentos pode sempre alcançar-se. Os invisíveis das colónias e o turismo cobrem uma parte do déficit da balança comercial. E existe ademais a "solução" infalível do "Plano Intercalar": "recorrer em escala adequada à importação de capitais" (vol. 1, pág. 91)!

Mostrámos já como o "Plano Intercalar de Fomento", que define a política económica do governo fascista para os anos de 1965-67, é uma "Carta" de desenvolvimento monopolista. Mas é qualquer coisa mais. É a definição de toda uma política de submissão ao imperialismo, a definição de toda uma política de entrega de Portugal ao estrangeiro, de uma política de traição nacional.

O "Plano" (da responsabilidade da Presidência do Conselho e do próprio Salazar) chama-se de "Fomento". Mas que se trata de fomentar? Trata-se de "fomentar" (diz o "Plano") uma política de atracção da colaboração de empresas estrangeiras" (vol. 1, p. 297). O "Plano" é expresso. O desenvolvimento dos ramos fundamentais da indústria ficará dependente do capital estrangeiro. Declara-se explicitamente essa dependência nas indústrias químicas, mecânicas, transformadoras de produtos agrícolas, nos transportes e electricidades, nos portos, nos estaleiros navais, nas pontes e aeroportos, na própria agricultura (hidráulica e silos).

## "Atracção" ou Traição?

Para "fomentar" a atracção dos capitais estrangeiros o "Plano" anunciou a publicação dum lei sobre aplicação de capitais estrangeiros, de que resultaria "a criação de condições favoráveis ao investimento directo de capitais externos na indústria nacional" (vol. 1, p. 298).

O decreto foi publicado em 28 de Abril de 1965. Duma forma ostensiva, o governo escancara as portas do país à dominação imperialista estrangeira. Admite-se o exercício de actividades a "empresas com totalidade ou maioria de capital pertencente a pessoas singulares ou colectivas residentes ou domiciliadas no estrangeiro" (art. 3). "Autoriza-se" o governo a celebrar contratos com tais empresas para execução de planos económicos (art. 7). Garante-se-lhes que "serão sempre autorizadas as transferências para o estrangeiro do produto da liquidação de investimentos directos, incluindo as mais-valias" (art. 11). Garante-se-lhes,

tal como às empresas em que haja maioria ou totalidade de capital nacional, o benefício de isenções ou reduções de impostos e de direitos alfandegários (art. 17). Prometem-se-lhes "isenções fiscais por períodos mais largos do que os previstos na legislação em vigor" (art. 18). Autoriza-se-lhes a admissão de pessoal estrangeiro e a sua remuneração em moeda estrangeira (art. 20).

O governo fala em "atracção", em "facilidades", em "fomento". A sua política é mais do que isso. É a política da rendição incondicional da economia portuguesa. É a política da entrega pura e simples da economia portuguesa à dominação imperialista estrangeira.

Em 1958, no "Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento", a política dos monopólios e do seu governo tinha sido já claramente definida. Ali se indicava a necessidade da "associação" das empresas portuguesas com grandes empresas europeias, com a vergonhosa justificação de que "estando ligadas (sic) à sorte do nosso desenvolvimento, certamente que essas empresas não terão fitos de auto-destruição" e que, dadas "as disponibilidades e o preço actual da nossa mão-de-obra "elas" em determinados casos poderão mesmo considerar mais vantajoso o trabalharem em Portugal que no seu próprio território" (vol. III, págs. 198,199). Traçando por outras palavras: para que os grupos monopolistas portugueses se engrandeam, procuram a sombra protetora das "grandes empresas europeias", oferecendo-lhes condições de feroz exploração dos trabalhadores portugueses e o domínio respectivo de Portugal.

## Ligações Espúrias

Tal orientação tem sido seguida. Todos os grupos monopolistas portugueses se associam cada vez mais estreitamente com o imperialismo estrangeiro, acentuando-se dia a dia a posição dominante deste.

Tomando apenas empreendimentos recentes, vemos, por exemplo, a CUF ligar-se à "Ludlow Corporation" norte-americana na fábrica de tecidos da juta; ligar-se aos monopólios internacionais do petróleo nas refinarias do Norte, frota petroléira, na Petroquímica e nos Nitratos; ligar-se a grandes trustes internacionais para a construção da nova fábrica da UFA em Barra-a-Barra, cujo custo orça pelo meio milhão de contos; ligar-se a holandeses, suecos e ingleses na sociedade Lisnave, para construção dos novos Estaleiros navais da Margueira; ligar-se ao monopólio sueco Billerud na grande fábrica de pasta de celulose da Leirosa; ligar-se aos ingleses na Sociedade de Gestão de Títulos; ligar-se a espanhóis e belgas na Fábrica de rações para animais CUF-Sanders; dar entrada no capital do Banco Totta-Alliance aos bancos ingleses "New European and General Investment" e "Trans-Europe Investment Ltd."

Durante anos, os grupos monopolistas portugueses procuravam associações em que ficassem maioritários. Agora "integram-se" em grandes monopólios internacionais com uma posição relativamente modesta, mas, beneficiando da sombra e do poder da finança internacional. Na Lisnave, por exemplo,

(Continua na pág. 7)

# PEQUENAS NOTÍCIAS

● Em Estocolmo, de 6 a 9 de Julho realizou-se uma Conferência sobre o Vietnã com a participação de delegações de dezenas de países. Portugal esteve representado por Rui Cabeçadas (F.P.L.N.) e Silas Cerqueira (Movimento da Paz).

● Os membros da seita religiosa Testemunhas de Jeová continuam desenvolvendo uma intensa campanha internacional contra as perseguições a que os seus companheiros vêm sendo submetidos em Portugal. O principal órgão dos Testemunhas de Jeová, "The Watchtower", cuja tiragem mundial se aproxima dos cinco milhões de exemplares, acaba de editar uma separata em português intitulada: "O Julgamento simulado de cristãos — vergonha de Portugal".

● Por determinação da PIDE foi proibida a realização no Pôrto da segunda (e última) conferência de um ciclo sobre "A Mulher na Sociedade Contemporânea", semelhante ao realizado há tempos em Lisboa. Os dirigentes das entidades promotoras — as Cooperativas Unicepe, Confronto, Árvore, o cine clube do Pôrto e o Teatro Experimental — enviaram um protesto ao Governador do Pôrto.

● O consulado de Salazar em Paris, no intuito vão de mistificar os trabalhadores portugueses da França começou a distribuir aos emigrantes um jornal editado pelo Banco Franco-Português. "A Voz do Emigrado", vibrante órgão da emigração democrática portuguesa, editado em Estrasburgo, denuncia no seu número de Junho a manobra fascista.

● Salazar continua comprando secretamente helicópteros "Alouette" à França, por alto preço. Presentemente, a Força Aérea Portuguesa dispõe de cerca de 60 desses aparelhos, a maior parte dos quais utilizados na guerra colonial.

● Segundo o relatório do Banco de Portugal, o acréscimo de investimentos estrangeiros em Portugal mantém-se. Em 1964, esses investimentos atingiram 248 milhões de escudos; em 1965 673 milhões.

● Em 1965 estabeleceram-se ou formaram-se em Portugal 122 sociedades sob contróle estrangeiro.

● Segundo o boletim editado no Rio de Janeiro pelo Centro de Turismo do SNI, em 1966 visitaram Portugal 1.929.498 turistas.

● A PIDE apreendeu em Coimbra o segundo número do jornal estudantil "Badalo", publicação cultural em que colaboram vários professores da Universidade.

● O Movimento Associativo dos Estudantes dos Liceus do Pôrto distribuiu um comunicado em que os seus membros reivindicam o direito de livre associação e denunciam a organização fascista "Mocidade Portuguesa" como incompatível com as aspirações da juventude.

● O padre Manuel das Neves, angolano com "residência fixa" — eufemismo para esconder a prisão — num seminário perto de Braga, acaba de falecer. O governo recusou o pedido dos familiares para transferência do corpo para Angola. O enterro foi realizado secretamente, com a presença de um agente da PIDE e sem serviço religioso.

● A grande estrada Sul-Norte que o governo português pretende construir em Moçambique para satisfazer os interesses do monopólios internacionais

custará ao Estado português — se chegar a ser concluída — cerca de 700.000 contos.

● Uma missão militar da O.T.A.N. visitou recentemente as bases do Montijo, de Alverca, de Espinho, de Ovar, e de Pedras Rubras.

● Tudo indica que uma nova base militar estrangeira vai ser construída em Vila Chã, nos arredores do Pôrto.

● A chamada Siderurgia Portuguesa (que pertence ao grupo Champalimaud) vai entrar em nova fase com a concessão de créditos franceses no montante de 2.700.000 contos. Ficará apenas mais estrangeira do que já era...

● Um grupo de individualidades portuenses, entre as quais o editor Mário Figueirinhas e o advogado Francisco Lumbrales de Sá Carneiro, apertado com o antigo ministro de Salazar, tornou público o seu protesto contra a proibição pelo Administrador Apostólico daquela diocese de um encontro para debate de temas teológicos. Quatro dos relatores dos temas que deviam ser apresentados são professores do Convento de Estudos Dominicanos, em Fátima.

● Prosseguindo no seu esforço constante para ampliar e melhorar o seu já importante setor de informação, a F.P.L.N., além de editar um novo número do seu órgão, "Liberdade", publicou em Agosto outro bem documentado boletim em francês. Por outro lado, num breve mas expressivo comunicado, editado em inglês, a Junta Revolucionária Portuguesa faz o histórico da criação da F.P.L.N. em 1962, resumindo ainda o seu programa e a sua estrutura orgânica.

● Um grupo de ferroviários enviou uma circunstanciada exposição ao presidente da União dos Sindicatos Nacionais dos Ferroviários de Portugal, protestando contra a situação de abandono a que se acham relegados os Dormitórios da CP., com manifesto prejuízo do pessoal.

● Na EFACEC 72 trabalhadores passaram a trabalhar apenas três dias por semana. A empresa alega "dificuldades", apesar de haver obtido em 1966 os maiores lucros da sua história...

● O "presidente" Tomás foi a Badajoz inaugurar a nova praça de touros. O alcaide esqueceu-se de informar Madrid e não havia nenhum membro do governo espanhol a esperar o "presidente" português. Resultado da corrida de touros: Franco demitiu o alcaide...

● O general Côrte-Real, chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa pediu a demissão. O seu gesto está ligado ao descontentamento causado pelo novo uniforme. Os oficiais superiores sentiram-se revoltados pelo fato de o novo uniforme de serviço ser idêntico para todas as patentes, de soldado a general.

● Os oficiais milicianos de Maфра têm sido convidados a proferir palestras de exaltação da guerra colonial, de condenação das greves e de crítica ao marxismo.

● Duas grandes barragens vão ser construídas no Guadiana, uma das quais na confluência do Dejebe com esse rio. Muitas centenas de hectares de terras serão submersas, mas nada foi previsto a respeito da situação de numerosos pequenos proprietários estabelecidos nas margens dos dois rios.

## Notas e comentários

### Condecoração Chocante

"Sua Santidade o Papa Paulo VI condecorou o major Silva Pais, diretor da PIDE": o telegrama chegou assim de Roma, não inverosímil que não lhe demos crédito, se não fosse a variedade da agência internacional que o distribuiu. Silva Pais, chefe de uma das mais cruéis polícias políticas do nosso tempo, responsável por dezenas de crimes, pela morte de muitos patriotas portugueses, recebe uma condecoração do chefe máximo da cristandade... A notícia é tanto mais incompreensível e dolorosa para a oposição portuguesa quanto ninguém ignora que nos últimos tempos se vem cavando um abismo cada vez mais fundo entre a Igreja e o Estado salazarista. É cada vez maior o número de padres engajados diretamente na luta anti-fascista no nosso país. Muitos, em consequência dessa ação corajosa e desassombada, sofrem pena de prisão ou de detenção em estabelecimentos religiosos. Um alto dignitário da Igreja, o Bispo do Porto, foi deportado e não se terminantemente proibido de regressar a Portugal: ainda recentemente, revelando mais uma vez a sua falta de humanidade, Salazar lhe recusou a autorização para voltar ao país, quando da morte de sua mãe.

É pois com a maior mágoa que os opositoristas portugueses, em cujas fileiras militam tantos católicos sinceros, tomam conhecimento deste ato de um Papa que se habituaram a respeitar, o autor dessa Encíclica de esperança para os povos que é a Populorum Progressio. A decisão de Sua Santidade, condecorando o criminoso Silva Pais, é um grande golpe no ânimo daqueles que lutam valentemente ao lado dos anti-fascistas portugueses, procurando manter a Igreja Católica na primeira linha do Portugal de amanhã.

### Franco Nogueira no Brasil

Está anunciada para a primeira quinzena de outubro a visita ao Brasil do sr. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Salazar. A vinda a este país do porta-voz da política exterior e colonial do Estado Novo faz parte de uma campanha geral, a que vimos assistindo nos últimos meses, de captação da opinião pública brasileira. O salazarismo tem gasto milhares de contos do povo português em esse fim, proporcionando a escritores e professores universitários brasileiros excursões de luxo fraterno pelas colônias de Angola e Moçambique, finan-

ciando ciclos de conferências de propaganda colonial, subtilmente disfarçada, e facilitando a vinda ao Brasil de elementos aparentemente desligados do regime, como Adriano Moreira, cujas declarações assumem assim um aspecto falsamente imparcial que Salazar julga ser capaz de ludibriar os brasileiros.

A visita de Franco Nogueira será a cúpula desta abóbada. É preciso, portanto, esclarecer a opinião pública brasileira sobre a personalidade e a obra deste serventário de Salazar e sobre os objetivos que ele pretende atingir deste lado do Atlântico. Ligado na juventude a elementos intelectuais democráticos, tendo chegado mesmo a publicar obras de crítica literária de tendências neo-realistas, Franco Nogueira renunciou a esta posição quando verificou, no período pós-guerra que ela não poderia ajudá-lo a concretizar a imensa e inescrupulosa ambição que sempre o caracterizou. Aderiu então ao Estado Novo onde, dada a total mediocridade dos quadros diplomáticos fascistas, fez uma carreira meteórica, alcançando em poucos meses o cargo de Diretor Geral. Foi aí que o ditador o foi buscar, quando precisou de alguém para realizar a sua criminosa e suicida política colonial. Desde então Franco Nogueira tem sido o homem para todas as tarefas: ameaças, xotescas e ridículas perante a Assembléa das Nações Unidas, alianças com os mais sinistros e racistas governos africanos, explicações embaraçadas para as humilhações sofridas pelo governo salazarista na Índia e em Macau, demagogia desenfreada na tentativa de justificar perante o mundo a insustentável política colonial de Salazar.

É este último aspecto da sua triste carreira que, estejamos certos, o traz ao Brasil. Mas o povo brasileiro, cuja posição perante a exploração colonialista se acha indissolúvelmente ligada às mais gloriosas tradições de sua História, saberá reconhecer como ele merece este ministro encarregado de executar no plano exterior as mais baixas tarefas de um governo que, para manter a ficção de um imperialismo historicamente condenado, está hipotecando todas as riquezas do nosso país às grandes potências, praticando uma política de verdadeira traição nacional.

### O "Paraiso" Salazarista no Cinema

O filme francês "O Salto" (Le Saut), que descreve a odisséia dos jovens portugueses chegados clandestinamente a França, foi tão favoravelmente acolhido no festival cinematográfico de Veneza, que no final do certame foi galardoado com o prêmio de L'Office Catholique du Cinéma. O filme é realizado pelo jovem cineasta francês Christian de Chalonge. O público que assistiu ao Festival foi profundamente tocado pelos dramas vividos por todos os portugueses que tomam clandestinamente o caminho do exílio. Há actualmente, entre 350 a 450 mil trabalhadores portugueses em França, entre os quais de 100 a 150 mil na região de Paris. Christian de Chalonge descreve no seu filme a odisséia de um desses exilados. Um jovem por-

tuguês recusa-se a seguir para a guerra de Angola e decide partir clandestinamente para França com um numeroso grupo de emigrantes. Durante a travessia da Espanha os emigrantes são tratados como animais pelos homens que os conduzem. Uma vez em Paris desembolsam o pouco dinheiro que lhes resta e endividam-se completamente para conseguir uma barraca nos bairros pobres de Champin. O filme denuncia a todo o momento o papel desempenhado pelos intermediários, dispostos a explorar até o fim as suas presas. Os franceses surgem, no filme, isolados em seu conforto, ignorantes da existência deste subproletariado. Salvo duas excepções, todos os actores são portugueses, residentes em Paris. Nenhum deles é profissional, e muitos deles passaram pelas mesmas aventuras do protagonista. Em entrevista à imprensa, Christian de Chalonge declarou que "em Portugal considera-se que o passaporte constitui um certificado de boa conduta e que para obtê-lo, não se pode ser contrário ao Governo de Salazar". Declarou ainda que "os jovens que saem clandestinamente de Portugal são homens que se recusam a combater na guerra colonial feita pelo Portugal de Salazar em Angola, Guiné, e Moçambique". Finalmente salientou que "o Governo de Lisboa controla em Paris os seus súbditos por intermédio da sua polícia política."

Não se trata de mais um filme. "O Salto" é um libelo contra o fascismo salazarista e um documento histórico sobre a tragédia do Homem português forçado a expatriar-se. O filme não o diz, mas o espectador percebe que só há um caminho: derrubar Salazar e a engrenagem que o sustenta.

### A Situação em Peniche

Notícia de Lisboa, transmitida pela agência americana Associated Press, anuncia-nos que 27 advogados portugueses protestaram junto do Ministro da Justiça contra o tratamento cruel e desumano inflingido aos presos políticos na prisão-fortaleza de Peniche. Diz-se nesse documento que "os prisioneiros sofrem castigos arbitrários e vivem sob contínuas ameaças de castigo e até de fuzilamento que os mantêm sob constante estado de tensão." A situação prisional em Peniche atingiu realmente tal grau de gravidade que se torna necessário desencadear uma campanha nacional e internacional que lhe ponha cõbro. Os patriotas encarcerados na Fortaleza acham-se à mercê de uma quadrilha de verdadeiros criminosos, chefiados pelo capitão Manuel Falcão, atual diretor da cadeia, tipo desclassificado, verdadeiro caso patológico. Os guardas comuns achincalhados na presença dos presos mantêm com eles conversas depravadas, enquanto, por outro lado, ele confessa, para quem queira ouvi-lo, que aceitou a direcção da Fortaleza apenas para não ser enviado para a guerra de Angola. Esta degradação reflete-se no tratamento aos presos, em que o diretor se revela brutal e cruel, procurando vingar-se das humilhações que sofre por parte dos guardas. Assim, o menor pretexto lhe serve para infligir castigos, que vão desde semanas ou meses sem recreio e sem convívio, à proibição de visitas familiares e às ameaças à integridade física dos presos.

De tudo se serve o sadismo

(Continua na pág. 7)

## Carta a um companheiro prêso em Peniche

Meu caro Veiga de Oliveira:

Acabei de ler um livro que anos atrás causou escândalo em França: "L'Algérie hors la loi", de Francis Jeanson. O autor, agora, não é mais perseguido pela Polícia, a Argélia tornou-se independente, os horrores daquele tempo passaram a ser ali recordações esbatidas. Mas o livro, apesar de tudo, não perdeu actualidade. Os horrores provocados pelo homem são ainda um fato. A atenção colectiva incide apenas sobre outros cenários.

Pensei em ti quando fechei o livro. Em ti e no nosso país, em todos os que nele se batem e sofrem, livres ou prêso, pelo mesmo entranhado amor à dignidade da condição de homem que te levou onde te encontras. Lembrei-me de que o tempo de horrores já corria em Portugal bem antes do primeiro tiro disparado nas montanhas do Aurès, veio-me à memória que gerações de patriotas enchiam essas celas húmidas e sombrias quando estavas ainda entre nós, sob o azul pálido dos céus quentes do Brasil. O drama vinha de longe e prosseguiu. E hoje, Álvaro, fere-me o saber que aquela insensibilidade a que elude o Jeanson, aquela indignação teórica abstracta, não foram totalmente varridas dos espíritos de muita gente "bem pensante" que encara ainda com displicência a tragédia que desviou o nosso país do rumo trilhado pela humanidade progressista. O abstencionismo crispado, o cepticismo da inteligência, o fatalismo amargo começam felizmente a ceder o lugar a uma tomada de consciência universal de problemas colectivos que não afecta apenas este ou aquele país, mas abarca toda a humanidade. É a reacção provocada pela guerra do Vietnam, é também o impacto do despertar do negro americano, rebelado contra a longa noite do aviltamento e da opressão. Há cada vez menos lugar para espectadores e diletantes, no mundo em que vivemos: com mais ou menos consciência, todos são participantes, de um lado ou outro, do combate maior em que se fundem as mil pequenas batalhas do cotidiano travadas no tempo e no espaço.

Eu aprendi contigo, companheiro, que há duas linhas que desenham não só a evolução da situação internacional como as próprias inflexões do progresso humano. Uma desce e a outra sobe. O fascismo é um apêndice esfiampado da primeira. Se para combater as idéias de uma força política ou os seus programas, como dizia Togliatti, se torna necessário modificar as leis e a estrutura de um Estado, retirando-lhe o carácter democrático, então é porque essa força e as suas idéias estão historicamente destinadas a impor-se porque vão ao encontro das aspirações da massa. Daí a raiva, o ódio dos teus algozes. Eles sabem, companheiro, que o futuro será teu, que nenhuma tortura, nenhuma baixa, nenhum dos múltiplos actos de corvadia em que se comprazem poderão alterar o movimento dessas linhas e abater o teu moral. Sabem também que não estás só, que para além dos altos muros dessa sinistra fortaleza, mais poderosa que a vontade de toda a PIDE, se desdobra se espalha, dá a volta ao mundo a força serena e cálida da Solidariedade daqueles que estão a teu lado, que se batem por ti e pelos teus companheiros de cárcere, cada dia, cada hora, cada minuto.

Miseria e ascorosa corporação de esbirros e torturadores, decrépito e abjecto ditador! Cada segundo que te aproxima da liberdade é para eles a garantia terrível de inevitabilidade da derrota, da sua impotência ante o inelutável. Os mesmos portões que se abriram para o Manuel Rodrigues da Silva, para a Maria da Piedade, para o José Victoriano, para a Maria Luisa Costa Dias, para o Carlos Aboim abrir-se-ão para ti, companheiro. Nós os abriremos com a força dessa solidariedade contra a qual nada pode o aparelho de terror do fascismo.

A repressão não salvará Salazar. Eles adivinham já na tua serenidade tranquila, no teu sorriso, a confiança inabalável que tens no funeral do fascismo. Todos os energúmenos da PIDE não duvidam que a razão está com Álvaro Cunhal quando diz que em vez de destruir a vontade combativa do povo, a repressão vai acumulando um caudal de indignação que acabará por romper irresistivelmente o dique de ferro e de armas com que o fascismo procura cortar o passo à torrente revolucionária. O presente, moribundo, é ainda deles; mas o amanhã, cujos claros se divisam já no horizonte, será nosso.

Em São Paulo o céu está azul, como o do nosso Portugal. E dói-me Álvaro, o tempo de felicidade e de juventude que te roubam, dói-me os dias tristes, pesados, escoando-se lentos nessa prisão fascista. Não esqueci com que força, com que entusiasmo estuante aprecias a vida na sua infinita complexidade. Guardo a lembrança da tua capacidade de te comoveres ante uma flor, o vôo de uma ave, os compassos de uma música ou ainda olhando as areias e as ondas de Copacabana, ou o Rio contraditório, febricitante, com as suas mulheres moças, a sua miséria e a sua grandeza. Tenho bem presente o entusiasmo com que me falavas de um livro importante, a alegria que se desprendia de ti numa festa de confraternização, a firmeza intransigente com que te batias numa assembléa. "É tão bom viver e lutar", disseste-me um dia!

Tudo isso me dói. Tudo isso te ajudará a compreender porque o teu nome foi citado no 5 de outubro, porque, em mim como em cada um dos anti-fascistas do Brasil, permanece bem vivo, no legado da tua ansia infinita de fraternidade entre os homens, no exemplo da tua coragem altiva de patriota e de revolucionário.

Tal como a concebes, a política é a mais alta forma da actividade humana sobre a terra. Se hoje sei que ela é indissociável da aventura do homem, a ti, Álvaro, o devo talvez mais do que a ninguém.

Com a certeza de que as asas da solidariedade levarão esta carta às tuas mãos, aqui vai o abraço do companheiro e do amigo.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

### OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 30 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 35,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20, 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVICO DO POVO PORTUGUÊS

# A F.P.L.N. e o Pacto do Atlântico

(Continuação da pág. 1)

escudada na OTAN, das suas fronteiras de 1937 e o seu não reconhecimento da linha de fronteira Oder-Neiss; a utilização de Berlim Oeste como fator de tensão e perturbação entre os dois Estados Alemães e das relações entre países europeus de sistemas políticos diferentes; como 22 anos passados sobre o final da 2.ª guerra mundial, a presença de tropas estrangeiras na R.F. Alemã e a não aprovação, apoiada na existência da OTAN, de um Tratado de Paz com os dois Estados alemães;

colocaram a OTAN ao serviço das tendências expansionistas dos revanchistas alemães, da sua ameaça à soberania, à segurança e à paz de outros povos, estabelecendo-se assim um foco de tensão permanente em pleno coração da Europa.

4 — A proteção e consolidação, no quadro da OTAN ou fora dela, de ditaduras fascistas e reacionárias europeias que, como as de Portugal e Espanha puderam assim, até hoje, sobreviver de 20 anos, à derrota do nazismo; a utilização de planos, estruturas, armamentos e combustíveis da OTAN na preparação e execução de golpes militares que visam a anulação, em países aderentes à aliança atlântica, das liberdades políticas e a substituição de governos constitucionais e nacionais, por ditaduras fascistas ou reacionárias, exteriormente dependentes, como aconteceu este ano na Grécia;

fazem da OTAN uma arma apontada contra as liberdades e conquistas democráticas de todos os povos da Europa Ocidental, na exacta pressuposição que as ditaduras fascistas e reacionárias serão os mais dóceis defensores dos interesses do imperialismo americano e do revanchismo alemão.

5 — A existência da OTAN, constitui um incentivo suplementar à corrida aos armamentos que se traduz nos orçamentos dos países europeus, já sobrecarregados por despesas de guerra, em novos e crescentes encargos financeiros.

No plano externo, a corrida aos armamentos, encabeçada pela OTAN, contribui para agravar a situação de dependência política e económica face à hegemonia americana e da R.F. Alemã dos pequenos países europeus.

No caso particular de Portugal, a OTAN tem absorvido verbas de que o país carece para o combate à miséria e para o seu desenvolvimento económico e social (só com o Pacto do Atlântico, o governo de Salazar dispendeu desde a sua adesão à OTAN, até 1966, cerca de 6.500.000 contos) e tem proporcionado ao governo fascista de Salazar, à custa de uma maior vassalagem na soberania nacional, um apoio diplomático e um apoio militar, hoje quase inteiramente absorvido pelas guerras coloniais de Angola, Guiné e Moçambique.

6 — A oposição dos Estados Unidos a um acordo geral de desarmamento fiscalizado e controlado, e a política complementar seguida pela OTAN, tendente ao estabelecimento de um pretenso "equilíbrio de meios de dissuasão de agressão", conduzirá diretamente, num prazo mais ou menos curto, à disseminação das armas nucleares por numerosos países.

Neste contexto, as exigências dos revanchistas e militaristas oeste-alemães, que pretendem obter armamento nuclear no quadro da OTAN e as negociações em curso, entre os Estados Unidos e a R.F. Alemã, constituem desde já, uma das maiores ameaças para a segurança europeia e a paz mundial.

Esta situação já teve reflexos no caso particular de Portugal, que, como se sabe, é um dos maiores produtores de urânio da Europa. Nos últimos tempos, uma parte importante da produção nacional deste minério começou a ser destinada à R.F. Alemã, em prejuízo do futuro português.

7 — A criação da OTAN veio facilitar a expansão de bases militares, designadamente americanas e oeste-alemãs, em países europeus e doutros continentes.

A pretexto de "defesa" comum, o imperialismo, sobretudo norte-americano, dispõe hoje de inúmeras guardas-avancadas militares em vários países europeus e doutros continentes, que condicionam permanentemente a liberdade de decisão política dos pequenos países e que põem continuamente em risco a sua segurança.

No caso particular de Portugal, os Estados Unidos continuam utilizando uma importante base aérea nas Ilhas dos Açores (Atlântico), enquanto os militares alemães instalaram em Beja, ao Sul de Portugal uma base aérea, com uma guarnição inicialmente prevista para 5.000 homens, e negociam a cedência doutras bases ao Norte de Portugal e eventualmente nas Ilhas Atlânticas.

Além de bases, numerosos estabelecimentos militares portugueses, incluindo aérodromos, instalações navais, fábricas de produção e reparação de material de guerra e depósitos de armamento, estão hoje sob controlo direto da OTAN.

8 — A aliança militar da OTAN, dificultando a liberdade de relações económicas e comerciais entre todos os países europeus; condicionando fortemente, fora do quadro das Organizações das Nações Unidas eventualmente contra decisões desta, a autonomia da política exterior dos estados membros; contribuindo para a criação de um clima artificial de tensão e discriminação política, militar e económica na Europa, favorece igualmente o exercício do domínio político, militar e económico do eixo E. Unidos — R.F. Alemã sobre os países da Europa Ocidental e da Europa do Norte e, sobretudo sobre os pequenos países, entre os quais, Portugal.

9 — A decisão do governo francês de fazer retirar as suas forças armadas do dispositivo militar da aliança da OTAN e o pedido feito pelo mesmo governo para que o quartel General, bases militares, e estruturas logísticas evacuassem o território francês, agravam, por um lado, a crise da OTAN, fortalecendo a hegemonia E. Unidos — R.F. Alemã.

Por outro lado, são um bom exemplo, apesar de limitado, de decisões que podem ser imediatamente tomadas por qualquer membro da OTAN, dada a ausência de qualquer justificação aceitável para o prosseguimento da aliança atlântica.

Neste plano, os países da Eu-

ropa Ocidental e do Norte, que desde o início da vigência da Aliança Atlântica lhe não deram a sua adesão constituem uma experiência que comprova, ainda que parcial e unilateralmente que uma política de não alinhamento em blocos militares é compatível com uma política de segurança nacional.

10 — Por estas razões, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, movimento de unidade anti-fascista e anti-colonialista do povo português, considera que:

- a) O Pacto do Atlântico não deve ser renovado em 1969;
- b) Que deve ser criado um sistema geral de segurança coletiva europeia baseado na extinção do Pacto do Atlântico e do Pacto de Varsóvia, na celebração de tratados de amizade e cooperação bilaterais, na aprovação de unitratados de Paz com os Estados Alemães e na criação de um Pacto de Segurança Coletiva Europeia que englobe os países do Pacto do Atlântico, os países do Pacto

de Varsóvia e os países neutros.

- c) Que devem ser reconhecidas numa Conferência dos Estados Europeus as atuais fronteiras da Europa e designadamente as fronteiras e a plena soberania dos dois Estados Alemães (R.F.A e R.D.A.); a segurança de cada povo europeu que é parte integrante da segurança de todos os povos europeus.
- d) Que devem ser tomadas medidas definidas dentro do quadro de um acordo ou acordos de desarmamento para reduzir as despesas de guerra e impedir a disseminação das armas nucleares e em especial o rearmamento nuclear da R.F. Alemã.
- e) Que devem ser criadas zonas desnuclearizadas na Europa, designadamente na zona Mediterrânica, compreendendo a fachada atlântica da Península Ibérica.
- f) Que devem ser retiradas as forças militares e extintas as bases militares estrangeiras em todos os países da Europa.
- g) Que deve ser reconhecido e aplicado o princípio que a salvaguarda da segurança europeia e de cada Estado europeu é incompatível com a violação da sua independência nacional e que a existência de ditaduras fascistas e reacionárias na Europa constitui uma ameaça para a segurança do continente europeu.

11 — Na opinião da FPLN, a discussão e popularização das bases de uma verdadeira segurança coletiva europeia deve ser empreendida, simultaneamente com uma campanha tendente a impedir que ditaduras fascistas e reacionárias europeias, como é o caso do atual regime português, e que países prossigam guerras contra a independência, liberdade e paz doutros povos, como é ainda o caso do atual regime português, não possam beneficiar, contra princípios e decisões das Nações Unidas, de qualquer ajuda política, económica ou militar.

**A FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — Junta Revolucionária Portuguesa.**

## LUTAS POPULARES

**CARRIS DO PORTO** — Os trabalhadores da Carris do Porto alcançaram uma grande vitória que veio confirmar o alto nível de unidade e organização existente entre eles. Há muito que o pessoal das oficinas dos turnos da noite vinha exigindo o pagamento de uma percentagem correspondente às condições peculiares desse trabalho, de acordo com a lei. Em Maio decidiram formar uma comissão e constituir advogado para defender os seus interesses. Mas essa última tarefa não foi fácil. A maioria dos advogados consultados escusou-se, ficando patente que receavam tomar posição contra a administração de uma empresa como a Carris. O problema, entretanto, foi finalmente resolvido e o pessoal encontrou um advogado que levou a reivindicação ao Tribunal (embora com a promessa de cobrar 25% das indenizações devidas.) A decisão da Justiça representou uma derrota tremenda para a direção da Companhia que ficou obrigada a pagar indenizações num total de 800 contos. Essa vitória teve grande repercussão em todas as secções da Carris. Uma nova campanha se esboça já em torno dos feriados não remunerados.

**NITRATOS DE PORTUGAL** — O panorama geral no seio desta importante empresa é de firmeza operária em volta de uma série de reivindicações. Essa fábrica iniciou recentemente obras de ampliação para o que contratou aproximadamente 120 operários especializados. A luta principiou em fins de Março. Os oficiais de terceira da serralharia serão aumentados de 84 escudos para 96, salários dos de segunda e estes para 110 escudos. As comissões formadas começaram logo a agir, mas a resistência da direção foi considerável. Após morosas negociações foi concedido um aumento parcial a oito operários de terceira. Os de segunda receberam apenas 4 escudos. Descontentes as comissões voltaram à carga junto do encarregado geral que procurou iludir a questão com paliativos. Entretanto, a admi-

nistração precisou de 50 operários para fazer horas extraordinárias, mas dispôs-se a pagar apenas um acréscimo de 22,7%, inferior ao estabelecido pela lei. O resultado foi um movimento de descontentamento. Uma comissão de 5 operários procurou o encarregado da secção e informou-o de que ou as horas passavam a ser pagas a 50% ou deixariam de ser feitas. Como a gerência não atendeu a reivindicação, 40 dos 50 operários em questão negaram-se a prosseguir no trabalho. Os engenheiros da fábrica entraram então no terreno da ameaça, afirmando que se tratava de um caso político e que apanhariam os cabecilhas para os denunciar à Polícia. Os operários foram interrogados um por um e convidados a voltar ao trabalho extraordinário. A grande maioria voltou a recusar dignamente.

A empresa mudou de tática e, após várias provocações, foi despedido um operário, o que motivou um imediato movimento de solidariedade e uma perspectiva de greve. Esta não chegou a concretizar-se porque o operário despedido não quis voltar ao trabalho por ter arranjado um emprego melhor. Presentemente uma parte dos operários persiste na recusa de fazer as horas extraordinárias e

outra faz "cêra" no trabalho, o que desespera a administração. **COMPANHIA PREVIDENTE DE ALVERGA** — O pessoal desta empresa obteve uma significativa vitória após breve luta. A Companhia mantém um refeitório onde é feito e servido o almoço aos funcionários. Ultimamente, porém, a qualidade da alimentação piorara muito. Os operários, depois de formarem uma comissão, decidiram boicotar o refeitório e deliberaram passar a comer nas tabernas vizinhas. A gerência, alarmada com o movimento tomou imediatas providências para melhorar a qualidade da comida e avisou o pessoal de que podia voltar ao refeitório com a garantia de que as coisas mudariam, o que sucedeu efectivamente.

**MATERNIDADE ALFREDO COSTA** — Outra vitória foi alcançada pelo pessoal de enfermagem desta maternidade, a maior de Lisboa. O descontentamento vinha desde Abril passado, quando o salário das enfermeiras foi pago com quatro dias de atraso, sem a menor explicação. Por outro lado, surgiu a questão em torno dos alojamentos. As enfermeiras da Maternidade tinham instalações próprias - aliás bastante razoáveis.

(Continua na pág. 7)



O cliché reproduz o averso de um postal editado pela Frente Patriótica de Libertação Nacional.

# COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

## GUINÉ

Durante os meses de Junho e Julho, o P.A.I.G.C. conservou a iniciativa em todas as frentes de luta, desencadeando importantes operações militares e forçando as tropas colonialistas a uma defensiva constante. Damos a seguir um resumo das principais ações:

Nos dias 16 e 17 de Junho, o campo português de Naga foi atacado por uma unidade do Exército de Libertação com morteiros de 82, bazookas e armas ligeiras. Foram destruídas duas casernas e houve um número indeterminado de mortos e feridos.

No dia 20 de Junho, na estrada de Mansaba a Mansoa um camião foi atacado e destruído, tendo perecido no combate 17 soldados portugueses.

No dia 23 de Junho, as tropas portuguesas desencadearam uma operação com helicópteros na zona de Djol. Recebidos com intenso fogo de armas ligeiras, os soldados atacantes tiveram de se retirar com perdas elevadas.

No dia 25 de Junho, ao amanhecer, uma unidade regular do P.A.I.G.C. atacou uma coluna na estrada Bula-S. Vicente ma-

tando oito soldados e ferindo quatorze.

Nos dias 2 e 3 de Julho, forças do P.A.I.G.C. atacaram o campo entrancheado de Binar com fogo de morteiros e a tiro de canhão destruindo grande parte das instalações militares e a central elétrica.

No dia 7 de Julho, revidando esse golpe, tropas portuguesas de Binar, agindo em coordenação com unidades vindas de Bissorã, desencadearam um poderoso ataque na região. A operação não se desenvolveu normalmente, prejudicada por várias emboscadas, e as tropas voltaram às suas bases, tendo sofrido 21 baixas, incluindo a perda de dois oficiais.

No dia 8 de Julho, um contingente português tentou penetrar na aldeia de Nquida, na zona de Encheia, para atemorizar e brutalizar a população. Os atacantes foram repelidos, tendo perdido oito homens.

No dia 18 de Julho, unidades do exército regular e comandos guerrilheiros atacaram tropas portuguesas entre Binar e Bula. O combate durou duas horas e o P.A.I.G.C. informou em comunicado ter abatido 17 soldados.



É assim que vivem muitos emigrantes portugueses em França: em balços de lata. Procuram e obtêm melhores salários, na fuga à miséria e à fome, mas a sua condição de párias não se altera: milhares e milhares vivem em condições que nenhum francês aceitaria.

# ANGOLA

Manuel Alegre

Angola é uma experiência muito dolorosa. Mais do que uma experiência. Mais até do que um símbolo. Para quem esteve lá, para quem viu matar e morrer, Angola é algo que deixará para sempre em todo o seu ser uma marca, uma ferida, como que uma espécie de revolta.

Como falar da guerra de Angola, dessa guerra que destrói os homens e lhes deixa uma cicatriz indelével?

Como falar dessa batalha que um homem empreende consigo mesmo para continuar sendo um homem?

Como contar por exemplo, que um dia, numa curva do caminho, encontrei um negro crucificado?

Como dizer que dois ou três dias depois de ter chegado a Luanda, um soldado português — um jovem que em Portugal poderia ter sido um homem justo e sensato, me contava que havia aberto a punhal a vagina de uma jovem congoleza. Para mim Angola é essa jovem violada pelo punhal de um jovem que um governo criminoso transformou num assassino.

Como contar que um dos meus melhores amigos, o alferes miliciano Manuel Ortigão, uns dias depois de ter-me revelado a sua indignação, e a sua decisão de fazer a guerra, morreu perto de Zala, destruído por uma mina. Para mim Angola, é Manuel Ortigão, um jovem que amava a liberdade e que reconhecia ao povo angolano o seu direito à liberdade e à independência. Para mim, Angola é Manuel Ortigão, meu amigo morto por esta guerra que ele denunciava e combatia.

Como relatar todos os que tive de escutar, sem abrir a boca, rilhando os dentes, retorcendo as mãos de raiva e desespero, oficiais fascistas, contando as suas proezas; o alferes Machado Querido que tinha um método especial de fazer falar os prisioneiros enterrando-lhes progressivamente o sabre na cabeça; o alferes Linhares, depois condecorado, demonstrando a sua força física, cortando de um só golpe a cabeça do prisioneiro. Para mim, Angola é uma cabeça coftada pelas mãos sangrentas de um centurião de Salazar.

E que dizer sobre "Rodas Baixas", o atirador de metralhadora, que no momento de partir em combate se escondia debaixo da cama tremendo de medo. E que depois no ardor da luta, apertado contra a metralhadora, a besta entre os lábios, ria e dizia: "Tu tosses, espera que já te dou saridon".

Para mim, Angola é esse soldado que tinha medo e a quem o medo dava ao mesmo tempo uma força estranha, a força dos que lutam pela vida.

Como falar dessa voz, que depois de uns minutos de fogo, gritava do alto da colina "Soldado português, nós não queremos matar-te. Mas se não vais embora matar-te-emos: Volta para a tua terra soldado português!" Para mim, Angola é essa voz, a voz de um povo sublevado explicando a um soldado estrangeiro que esta terra não é sua, que essa guerra não é sua.

Como contar dos pelotões que se negaram a combater em Zala. E da atitude do capitão Carreira vociferando e ameaçando os seus homens de pistola em punho. Dêsse soldado morto, com a cabeça varada por uma bala do capitão fascista Carreira. Dessa voz, que fria como o gelo, disse ao capitão: "Oh meu capitão guarde a pistola ou é um homem morto". Para mim Angola é essa voz, êses sessenta guardas, êses sessenta jovens do meu povo, que em plena guerra, dizem não à guerra.

Como falar do dia em que recebi um jornal clandestino de Lisboa. Como dizer o que senti lendo que milhares de operários e estudantes haviam gritado nas ruas de Lisboa: "Paz em Angola". Que companhias inteiras se haviam negado a embarcar. Que havia manifestações de protesto contra o envio de soldados. Que inscrições e propaganda anticolonialista circulavam pelos quartéis. Como explicar o que senti no mais profundo de mim. Para mim, Angola era a presença do meu povo, dêses milhares de estudantes e operários que da mãe pátria gritavam "Paz para Angola".

Como descrever essa noite em que um amigo me contava: "Qualquer que seja o lugar em que se encontre, numa guerra como esta, um combatente revolucionário pode sempre fazer alguma coisa."

Como explicar essa sensação de alegria e dever cumprido quando, mais tarde, uma circular do quartel general indicava aos chefes o aparecimento das primeiras Juntas de Ação Patriótica nas forças armadas.

E como falar, finalmente, dos seis meses que passei no cárcere em São Paulo de Luanda, depois do tenente Metzner denunciar à PIDE a rebelião que se organizava e na qual tomavam parte tantos militares portugueses. E como narrar esse tempo, em que constantemente se ouviam os gritos desesperados dos prisionei-

## Conferência sobre a O.T.A.N.

Na Noruega realizou-se, de 19 a 22 de Julho uma Conferência sobre a O.T.A.N. promovida pela War Resister's International. No conclave participaram delegações de dez países, tendo estado presente entre elas uma da Frente Patriótica de Libertação Nacional constituída pelos nossos companheiros Rui Cabeçadas e Silas Cerqueira.

## NATAL DO PRÊSO POLITICO

Aproxima-se o Natal. Em Portugal, como em todos os países onde predomina o cristianismo, é uma quadra festiva, consagrada à família. Precisamente por isso, mais dramática se torna a solidão dos que, separados das famílias, longe dos pais, dos filhos, das mulheres, dos maridos, sofrem os horrores do cativo nos presídios fascistas. E é também por isso que "Portugal Democrático" promove todos os anos a subscrição do "Natal do Prêso Político". O intuito não é tanto o de recolher uma quantia que possa permitir uma ajuda substancial às vítimas da repressão salazarista. Há barreiras materiais contra as quais nada podemos. O nosso objetivo é sobretudo de ordem moral: levar aos prêsos políticos algo que seja para eles o símbolo da nossa solidariedade irrestrita, a garantia de que não os esquecemos, de que nos batemos por eles diariamente e de que na hora em que todos se voltam para a confraternização somos incapazes de separar as festas do Natal da luta que travam, da esperança de os ver em liberdade.

Damos a seguir a lista dos primeiros donativos recebidos:

	NCR\$
Portugal Democrático	10,00
Centro Repub. Português	10,00
Venda de Quadros	100,00
Manuel Ferreira Moura	10,00
Manuel Rocheta	10,00
Maria da Paz	10,00
Helder Costa	10,00
Augusto Santos	10,00
Alexandre Pereira	10,00
Lenine Alexandre	10,00
Alfredo Masson	10,00
José Mario Bodas	10,00
Joaquim B. Carvalho	10,00
Victor Ramos	10,00

Total a transportar 230,00

### RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

ros torturados. Para mim, Angola é o prisioneiro que grita na noite.

E Luandino Vieira, na cela vizinha à minha, na sua dignidade de Angolano, no seu posto de combate, estudando, escrevendo, fazendo-me passar uma mensagem de fraternidade: "Valor companheiro. A nossa causa é comum. Tu não estás sozinho. Os nossos povos vencerão. Viva Angola livre! Viva Portugal livre!"

## Americanos em Angola e Moçambique?

Francisco Vidal

Informa-nos o correspondente lisboeta de um importante jornal brasileiro que em breve as colónias portuguesas de Angola e de Moçambique terão a presença em suas águas de uma frota de guerra norte-americana, que não sabemos dizer se as visitará cumprindo missão de amizade a Portugal ou de inimizade aos sofridos povos dessas terras, ou se de ambas coisas, como é natural inferir-se.

Não sabemos da veracidade da notícia, tão pressurosamente transmitida aos leitores brasileiros por aquêle escriba, sempre desejoso de dar novas através das quais se possa aquilatar do prestígio colonialista de Portugal entre as nações chamadas "livres".

Em princípio não podemos acreditar pois nos recusamos a crer que, apesar de todos os êrros cometidos em política internacional, os Estados Unidos vão tão longe em sua cegueira e desejos de agradar a uma ditadura moribunda que, praticamente, já nada mais pode oferecer aos seus aliados a quem, como no caso dos americanos, já deu tudo o que eles pediam e ainda "algo mais".

Não cabe neste artigo uma análise dos fundamentos da política norte-americana em relação aos países subdesenvolvidos; não é a altura de fazê-lo até porque a História, que nada perdona, se encarregará de mostrar aos vindouros o que foi essa política e as consequências que ela trouxe e até porque os próprios Estados Unidos sentem a seu tempo e na própria carne os resultados da obliteração total que lhes trouxe um poderio jamais antes atingido por qualquer outra nação, e algumas o tiveram em alta escala, com a vantagem de se tratar de povos conscientes e amadu-

recidos por séculos de história e não de países sem passado e, neste caso — acreditamos nós — também sem futuro.

Não vamos reeditar os velhos chavões referentes aos povos dominados; são eles bem conhecidos de todos e os leitores de "Portugal Democrático", exatamente pelo fato de serem leitores dêste jornal, estão perfeitamente conscientes de tudo quanto diz respeito ao assunto. No caso especial das colónias portuguesas também já tudo foi dito a respeito, tendo como ponto de partida a declaração feita há seis anos atrás por um grupo de opositores entre os quais — e pasmem — se conta o tal correspondente lisboeta, que então se pronunciou pela irrestrita independência daqueles povos oprimidos.

Parece-nos incrível que, não obstante as lições já recebidas na Coreia e ultimamente também — e como no Vietnam, da sua crescente impopularidade e da sua perda de prestígio em todo o mundo, praticamente sem excepção, quer se trate do mundo dos subdesenvolvidos quer do dos desenvolvidos, os Estados Unidos se arrisquem, agora ao apagar das luzes de uma decrépita ditadura velha de 40 anos, a prestigiá-la ainda mais, com a agravante de darem uma demonstração de total imbecilidade vis-à-vis das relações que deveriam querer manter a todo o custo com as recentemente libertadas nações africanas isto sem falar das próprias colónias portuguesas que visitariam, estas também a um passo de independência, até agora não concedida exatamente pelo apoio que ao fascismo lusitano dão as chamadas nações "livres".

Não será verdade, portanto. Será boato, atoarda, desejo de

(Continua na pág. 7)

# Pela amnistia e contra a repressão

## PROTESTOS CONTRA VIOLÊNCIAS EM PENICHE

Segundo notícias dos nossos correspondentes em Portugal, a situação dos presos políticos de Peniche agravou-se terrivelmente. Os castigos arbitrários e provocações dos carcereiros atingiram o auge, ameaçando os presos de pancada e até de fuzilamento, o que, segundo declarações do Diretor Geral dos Serviços Prisionais, o famigerado Guardado Lopes, não é ilegal!

Este conhecido fascista afirmou às famílias dos presos — que o procuraram para saber a resposta ao seu protesto contra as violências cometidas pelos seus subordinados de Peniche — que “poderia aplicar aos presos coletes de força e inclusivamente o fuzilamento, se os acontecimentos o impuzessem”. Estas afirmações, aliadas às contínuas ameaças dos guardas, instigados pelo Chefe Victor Ramos e pelo Diretor da Cadeia, Capitão Manuel Falcão (um desclassificado e cínico, que alia ao seu sadismo manifestações nitidas de loucura e um profundo ódio aos presos) constituem um grave risco para a vida dos patriotas detidos naquele presídio salazarista.

Urge, por isso, apoiar a iniciativa das famílias dos presos que, alarmadas e angustiadas, dirigiram ao “presidente” Tomaz o seguinte documento:

“Os abaixo-assinados, todos parentes próximos dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche, em seu nome e dos demais familiares daqueles presos, vêm junto de V. Exa., em profundo alarme e inquietação, expor o seguinte:

1 — Durante a semana transacta nenhum deles recebeu a normal correspondência do seu familiar prês.

2 — Entretanto tomaram conhecimento de que a dois presos cujo aniversário ocorreu durante esta semana, não lhe fora permitida a visita em comum, anteriormente solicitada pelos próprios e autorizada pela Direção da Cadeia.

3 — Ao deslocarem-se no passado sábado a Peniche em natural ansiedade, só lhes foi concedida uma hora de visita e tomaram conhecimento de que os seus familiares se encontravam submetidos a regime de “cela disciplinar”: sem recreio, convívio, correspondência, refeições em comum e jornais.

4 — Constou-lhes também que um dos presos fora espancado por um guarda daquela cadeia, coisa ilegal e humanamente inadmissível.

Ignoram por completo os abaixo-assinados o que possa ter dado origem a esta situação. Mas, como V. Exa. bem pode compreender consideram-na completamente insustentável e insuportável, quer para os presos quer para as suas famílias.

Apelam portanto para V. Exa. no sentido de que interceda junto de Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça a fim de que cesse imediatamente a actual situação e os presos voltem a estar submetidos ao regime normal; este é já de si tão duro que qualquer restrição suplementar o torna humanamente insoportável.

Confiantes em que não apelam em vão para V. Exa., subcrevem-se atenciosamente os familiares dos presos políticos da Cadeia de Peniche.”

“PORTUGAL DEMOCRÁTICO”, apela para todos os seus

leitores e amigos no sentido de dirigirem cartas, postais e abaixo-assinados ao Presidente da República (Palácio de Belém — Lisboa), ao Ministro do Interior (Terreiro do Paço — Lisboa), ao próprio ditador Oliveira Salazar (Palácio de São Bento — Lisboa), reclamando a supressão dos castigos, das arbitrariedades, e das provocações, um tratamento humano e respeito pela dignidade dos presos políticos.

## ESTUDANTES TORTURADOS

A situação dos estudantes ANTONIO FRANCISCO CACHAPUZ, da Faculdade de Ciências do Porto, JOSÉ NOZES PIRES, da Faculdade de Letras, presos pela PIDE em 24 de Março por ocasião do “acidente” em que perdeu a vida a jovem locutora MARIA CARLOTA, continua a inspirar os maiores cuidados e indignação nos meios estudantis do Porto, em face das notícias sobre as torturas e pressões a que têm sido submetidos.

ANTONIO F. CACHAPUZ, logo após a prisão, fez “estátua” durante 15 dias, sendo a tortura interrompida apenas para as duas visitas semanais. Depois de um período sem interrogatórios, voltou a ser torturado pela privação do sono. NOZES PIRES, que ainda se encontra engessado até metade do tronco, foi recentemente “visitado” no Hospital S. João, onde está detido pelos inspectores da PIDE, Sabino e Manuel Cunha, que pretenderam transferi-lo para a sede daquela policia. Contra esta criminosa intenção dos policiais se insurgiram vários médicos e enfermeiros, sendo o médico ortopedista que assiste o jovem de opinião que “mesmo depois de ter alta, não estará em condições de ser submetido a interrogatórios”.

O forte movimento de solidariedade em defesa dos estudantes presos, encabeçado pela Comissão de Solidariedade, designada em Reunião Inter-Estudantes e composta por um estudante de cada escola do Porto, fará recuar os assassinos da PIDE. Entretanto, há que apoiar as iniciativas daquela Comissão junto do reitor, professores e diretor da PIDE reclamando a libertação dos jovens CACHAPUZ e NOZES PIRES e de todos os estudantes presos.

## PELA LIBERTAÇÃO DE JOSÉ BERNARDINO E SOFIA FERREIRA

Cresce no país o movimento pela libertação dos presos políticos, especialmente daqueles que tendo terminado as penas a que foram condenados, permanecem detidos ao abrigo das celeradas “medidas de segurança”.

Entre as numerosas acções a favor da libertação dos presos sujeitos a “medidas de segurança”, contam-se dois abaixo-assinados, que correm pelo país, em que se reclama ao “presidente” Tomaz a restituição à liberdade de José Bernardino e Sofia Ferreira.

O estudante José Bernardino, hoje com 31 anos de idade, cinco dos quais passados na prisão, terminou a pena de 4 anos em Novembro passado. A partir desta data iniciou o cumprimento do primeiro período de “medidas de segurança”. A condenação de José Bernardino na referida e lon-

ga pena, acrescida de medidas de internamento de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis por iguais períodos, fere a consciência de todos os homens de bem e não pode ser indiferente aos democratas, particularmente aos estudantes do mundo inteiro, de quem é companheiro e dos mais dedicados à causa da unidade estudantil.

Outro crime monstruoso, também denunciado ao Chefe do Estado salazarista pelas centenas de pessoas que já subcreveram o abaixo assinado em que pedem a sua libertação, é o da operária Sofia Ferreira. Presa, pela última vez em 28 de Maio de 1959 e condenada a 5 anos e meio, a valente operária de Vila Franca de Xira continua detida, contando mais de 10 anos de prisão.

Apoiemos os esforços dos que em Portugal, corajosamente, erguem as suas vozes contra estas arbitrariedades. José Bernardino e Sofia Ferreira, cujo único crime consistiu em lutar pela liberdade e pela democracia, precisam ser libertados. As suas vidas, arruinadas pelas torturas e longos anos de cativeiro, precisam ser salvas e sê-lo-ão se a opinião democrática internacional reforçar o seu apoio à luta do povo português contra o regime terrorista mais antigo do mundo, pelo respeito aos direitos do Homem em Portugal.

## PATRIOTAS LIBERTADOS

Perante a escalada do terror policial e os instrumentos “legais” de que se serve o fascismo para reprimir, existem democratas vacilantes e descrentes quanto ao êxito das acções contra a repressão. Entretanto, a experiência mostra que, embora difícil, a luta contra o terror policial, na qual se inserem as acções pela libertação dos presos, sempre que ganha forte apoio popular, nacional e internacional, alcança os seus objetivos.

A comprovar esta tese estão os numerosos casos de presos libertados pela força da opinião pública nacional e internacional que temos referido. E é com grande júbilo que continuamos a assinalar a libertação de patriotas, alguns presos há vários anos, como os que a seguir indicamos, e que recentemente conquistaram a liberdade: Faustina Barradas; Salvador; António Pires; Arnato David Braz; Francisco Firmino Galvão; João Carvalho Pereira e Leocádio Teodoro do Vale.

Estes sucessos na campanha pela libertação dos presos políticos, autorizam-nos a proclamar a validade e importância da tarefa premente, em que de-

vemos empenhar-nos com todo o vigor, de defender a saúde, a vida e a liberdade dos presos políticos, entre os quais se encontram alguns dos melhores filhos de Portugal.

## BUFOS AO SERVIÇO DA PIDE

Existe uma categoria de policiais, chamados “bufos”, que prestam serviços à corporação do crime superiormente dirigida por Salazar, a PIDE. São indi-

víduos que, a título de remuneração e proteção, dão informações à PIDE sobre conversas escutadas ou movimentos “suspeitos” presenciados pelos mesmos.

Denunciamos hoje três destes miseráveis: um tal BARBOSA e o filho, donos de uma mercearia, em frente ao Campo de Futebol da Mó, em São Pedro da Cova e SIMÃO RODRIGUES NETO, industrial de chapalaria, de São João da Madeira. Cuidado com eles.

# Fora com os campos de concentração!

Conforme já por várias vezes noticiamos, um recente decreto governamental conferiu ao Ministro do Ultramar e ao Ministro da Justiça, o poder de enviarem para o campo de concentração do Tarrafal ou para outros campos de concentração nas colónias, os presos políticos que se encontrem em Portugal, condenados com medidas de segurança.

O Fascismo prepara-se pois para deportar presos políticos. É mais um atentado contra os direitos fundamentais da pessoa humana. É mais uma medida criminosa tendente a agravar a já gravíssima situação dos presos políticos.

Todos se lembram do Tarrafal de triste memória, de Tarrafal da morte lenta, do Tarrafal onde tantos dos melhores filhos do Povo pagaram com a vida o seu amor à Liberdade.

Foi o Povo que obrigou o governo a fechar o Tarrafal. É o povo que tem de impedir a reabertura do Tarrafal e a abertura de novos Tarrafais para os presos políticos portugueses.

Amigos, Companheiros e Camaradas!

Portuguêses e Portuguesas!  
A vida, a saúde e a segurança dos presos políticos portugueses estão ameaçadas.

É preciso estar alerta!  
É preciso defender os presos políticos.

É preciso impedir que um só preso que seja, saia de Portugal!

Devemos agir imediatamente. A população de Peniche, as famílias e amigos dos presos, os guardas republicanos que prestam serviço na cadeia, todas as pessoas que se apercebam de qualquer fato anormal, de qualquer indício de transferência de presos devem imediatamente dar o alarme!

Nem um só prês deve ser transferido! Nem um só prês deve ser deportado! E somos nós que temos de impedi-lo, sois vós, amigos, companheiros e camaradas!

Nas paredes, nas estradas, por toda a parte devem ser feitas inscrições:

“FORA COM OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO”

De terra em terra, de hora em ho-

ra, esta palavra de ordem deve correr do Norte ao Sul de Portugal:

“FORA COM OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO”.

Está em jogo a vida dos presos! Está em perigo a vida dos antifascistas condenados com medidas de segurança!

É preciso dar uma resposta ao fascismo.

Defendamos os presos políticos! Acabemos com o Tarrafal e com os novos Tarrafais salazaristas!

Companheiro que nos escutas: amanhã mesmo, na tua terra, na tua escola, no teu emprêgo, na tua fábrica, onde quer que trabalhes, onde quer que te encontres, tu deves passar à acção, tu deves mobilizar os teus amigos para a batalha contra os campos de concentração!

(Transmitido pela “Voz da Liberdade”, Argel.)

## Manifestam-se os Sindicatos Alemães

Interpretando os sentimentos da classe operária alemã, o Vice-presidente do Comité Nacional da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães, enviou, recentemente, o seguinte telegrama ao Ministro da Justiça:

“Protestamos enérgicamente contra o decreto ministerial publicado no Diário do Governo de 24 de setembro de 1966 referente à deportação de prisioneiros políticos para as colónias portuguesas objetivando a sua exterminação física. Consideramos tal fato como uma violação brutal da carta da ONU e da declaração da ONU sobre os direitos do homem a respeito dos quais o seu governo, como membro da ONU, assumiu compromissos. Pedimos que terminem todas as represálias contra a oposição antifascista e que sejam aplicadas normas humanas e direitos do homem reconhecidos no mundo civilizado”.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — “CAMBRONNE”

SÃO PAULO

# Flávio de Rezende

Joaquim Barradas de Carvalho

Faleceu em Lisboa, há meses num quarto particular do Instituto Flávio de Rezende, uma das raras glórias da ciência portuguesa no nosso século. Flávio de Rezende, nascido em Cinfães (Douro) a 28 de fevereiro de 1907, fez o curso secundário num Liceu do Porto, e a Licenciatura em Ciências Naturais na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Saído para o estrangeiro, com uma bolsa de estudo, trabalhou em diversos centros científicos da Alemanha, culminando o seu estágio no estrangeiro com o seu doutoramento pela Universidade de Hamburgo. Data deste seu estágio, nos maiores centros científicos de sua especialidade na Europa, a posição de relevância que então foi guindado, tornando-se um biólogo conhecido e apreciado internacionalmente. No início da última grande guerra volta a Portugal, e concorre a um lugar de Professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. E logo em seguida, em 1943, concorre com pleno êxito a uma cadeira da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Flávio de Rezende impõe-se imediatamente, como a grande figura que foi, a alunos e colegas. O grande pesquisador, o grande homem de ciência, allava-se ao grande professor, ao cidadão ímpoluto, em que as palavras sempre corresponderam à ação. E foram estas invulgaridades que levaram o Governo Obscurantista que domina Portugal há quarenta anos a demiti-lo das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1947, juntamente com muitas outras glórias da Ciência e da Universidade portuguesas do nosso século. Flávio de Rezende foi demitido na companhia de Pulido Valente, Fernando Fonseca, Manuel Valadares, Zaluar Nunes, e muitos outros. Algum tempo depois, mercê de um ato de clemência... de tão sinistra equipa governamental, Flávio de Rezende foi, com alguns outros, readmitido, e assim algumas gerações puderam ainda ser formadas, como cientistas, como professores, como cidadãos, por essa figura impar da vida intelectual portuguesa dos nossos tempos.

Ainda há poucos anos, num jornal dos estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tolerado durante algum tempo pelo Governo de Salazar, Flávio de Rezende recordava um episódio bem significativo da sua chegada a Portugal, depois do seu brilhante estágio nas Universidades da Alemanha. Falando com um amigo, à chegada, Flávio de Rezende deu-lhe conta dos seus projetos imediatos no campo da pesquisa científica. Ao que o amigo retorquiu: "Para teu sossego, desaconselho-te a realização desses planos, pois a pesquisa científica é no nosso País, uma das atividades mais perigosas a que alguém se possa dedicar". Flávio de Rezende, com uma ironia repassada de amargura, comenta anos depois: "Na verdade esse amigo tinha razão. Pouco tempo depois soube por experiência própria que na realidade assim era". Ele refere-se à sua demissão de 1947...

Flávio de Rezende deixa publicados em seu nome 85 trabalhos científicos, a maior parte deles publicados em revistas científicas estrangeiras das mais conceituadas do mundo. Deixa ainda mais 28 trabalhos, publicados em colaboração, muitos deles com alunos seus.

Homem simples na sua grandeza, Flávio de Rezende nunca aceitou condecorações ou títulos honoríficos, mas pertença, por eleição, embora nunca o tivesse divulgado, à Leopoldina German Academy of Science.

Flávio de Rezende deveu a sua formação científica, em especial, a mestres alemães, mas era ele próprio que sublinhava ter sido o Professor Aurélio Quintanilha — outra vítima do obscurantismo salazarista, demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra — quem mais o influenciou na escolha do campo de trabalho em que havia de vir a ser uma autoridade de renome universal — a citogenética das plantas.

A testemunhar o altíssimo conceito em que o Professor Flávio de Rezende era tido nos meios científicos internacionais, está o fato

de, 48 horas antes da sua morte, ter vindo propositadamente a Lisboa para o visitar, no seu leito de hospital, o professor H. F. Linskens, da Universidade de Nijmegen, na Holanda, numa última homenagem em vida ao grande homem de ciência. Também menos de um mês antes da sua morte — e esta foi certamente a sua última grande alegria — um catedrático sueco, o Professor A. Muntzing, da Universidade de Lund lhe escreveu, comunicando-lhe a intenção de criar na sua Faculdade, uma cadeira de Genética Molecular, talvez a primeira cadeira autónoma desta especialidade criada em qualquer Universidade do mundo, e ainda a intenção de propor para Professor desta Cadeira um destacado cientista sueco, conhecido e altamente qualificado nos meios científicos internacionais — o Professor Antonio José Lima de Faria, português de nascimento, discípulo dilecto, e antigo assistente, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do Professor Flávio de Rezende. Nas funções de assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa foi, com uma bolsa de estudo, fazer um estágio numa Universidade Sueca. Na Suécia, em 1947, Lima de Faria tem notícia que o Governo de Salazar havia demitido das suas funções o Professor Flávio de Rezende. Ato contínuo, Lima de Faria envia da Suécia um telegrama ao Ministro da Educação do Governo de Salazar pedindo a demissão do seu cargo de Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Fica na Suécia. Mais tarde naturaliza-se sueco de reputação internacional. Portugal desde há 40 anos que se dá ao luxo de "exportar" quadros científicos...

Finalmente para termos uma idéia de quanto o Professor Flávio de Rezende era querido, e quanto o Professor Flávio de Rezende representava e continua a representar para a juventude portuguesa, para os homens livres que vivem agrihoados como se vivêssem num campo de concentração à escala de um País, resta-nos contar o acontecido pouco tempo antes da sua morte, estando ele já internado no Instituto de Oncologia. Nas últimas provas de concurso para Professor Catedrático de Física, realizadas na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, um dos Professores que compunham o júri, leu, em determinado momento algumas palavras, em que Flávio de Rezende expunha o que pensava do ensino, da vida científica, da orgânica universitária. Estas palavras provocaram, apesar da gravidade do ambiente em que decorrem estes atos, uma demorada salva de palmas da parte da assistência. A assistência sublinhava assim, o apreço que tinha pelo homem de ciência, pelo professor, pelo cidadão, que foi toda a sua vida Flávio de Rezende. Sublinhava assim quanto apreciava em Flávio de Rezende a extrema concordância entre as suas palavras e os seus atos.

## AMERICANOS NAS COLÓNIAS?

(Continuação da pág. 5)

agradar aos poderosos que assaltou o autor da notícia que, à falta de melhor e com a sua reconhecida mediocridade intelectual, resolveu, quem sabe se através de uma conversa de café, daquelas tão comuns em Portugal, lançar ao mundo semelhante nova.

Não acreditamos. Deixemos que o tempo se encarregue de desmentir a "barriga". Deixemos que o tempo, o grande mestre, mostre que tudo não passou de uma "calinada", sem consequências aliás, a não ser as que estão presentes: a indignação de alguém que, apesar de tudo quanto tem visto, ainda acredita nos homens e no bom senso que, ao fim e ao cabo, acaba quase sempre por imperar mesmo entre aqueles que não estão preparados para serem os donos do mundo e no entanto têm o poder para tanto e dele fazem o uso mais inconsequente!

# Notas e Comentários LUTAS POPULARES

(Continuação da pág. 3)

do diretor: provoca conflitos que lhe permitam intervir violentamente, reduz e baixa a qualidade da alimentação dos prisioneiros, recusa-se a atender os menores pedidos destes. Recentemente o prisioneiro Blunqui, que é Engenheiro Químico, pediu licença para receber um livro da sua especialidade: "A primeira matriz portuguesa da indústria química", e recebeu o seguinte despacho: "Se o recluso insiste em pedir livros deste tipo será punido!"

O esquema repressivo do fascismo português é todo ele iníquo e vergonhoso: as prisões arbitrarias são moeda corrente e nenhum cidadão honesto se acha ao abrigo da visita da madrugada por parte de agentes da PIDE; o estatuto de habeas corpus não existe; as medidas de segurança permitem praticamente condenar a prisão perpétua qualquer adversário do regime. Rematando tôdas estas iniquidades, o sistema prisional é degradante, como se verifica pelo caso de Peniche, onde homens cujo único delito é lutarem para dar à sua Pátria um lugar digno no concerto das nações se acham à mercê de psicopatas vingativos.

## A Conjuntura

(Continuação da pág. 2)

é o próprio José Manuel de Melo que declara que 70% do investimento a efectuar é obtido no estrangeiro" (Indústria Portuguesa, Maio de 1964). Na Celulose da Leirosa, os suecos anunciam que 90% dos investimentos serão de capital importado ("O Século", 20.6.1965). Nesta última sociedade, o presidente do Conselho de Administração é o eng. J. Rocha e Melo. Mas, além de um homem da CUF, ele é aí o agente do imperialismo estrangeiro.

Uma publicação oficiosa portuguesa o boletim do Fundo de Fomento da Exportação, defendia há pouco da forma mais cínica a associação dos grupos monopolistas portugueses com o capital estrangeiro e a dominação deste sobre Portugal.

As empresas nacionais têm "fome de dimensão" (dizia ela) e logo "fome de força". Daí a necessidade de organizar "grupos de empresas" e, quando estes sejam insuficientes, buscar a "aliança" com o imperialismo estrangeiro que "trazendo força, permite crescimento" (sic). Segundo essa publicação, não tem importância alguma que o imperialismo estrangeiro venha a "comandar e a guardar para si a parte de leão". Com uma fábula explica as razões. Quer a raposa caça sózinha, na verdade o coelho que apanha é 100% para ela. Mas, se se associa ao lobo para caçar em equipa, a presa será então um carneiro".

## BREVEMENTE:

# "A Questão Agrária em Portugal"

Um livro que equaciona cientificamente o problema da terra em Portugal

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

(Continuação da pág. 4)

veis - mas recentemente um dos dois "lares" foi encerrado e a direcção da Maternidade resolveu instalar o pessoal desalojado nas instalações do outro "lar" embora garantindo que a medida seria temporária. Em consequência dessa solução, as enfermeiras atingidas teriam de passar a dormir em beliches, prejudicando de resto as colegas. De comum acordo, as enfermeiras do "Lar" superlotado decidiram fechar todos os quartos à chave, recusando-se a abri-los até que fossem tomadas providências. Alarmada, a direcção da Maternidade tratou logo de alugar um andar numa rua próxima.

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO — Os operários desta companhia acham-se em luta por várias regalias. O pessoal das secções de Mecânica, Electricidade, Carpintaria, Pintura e Estufação apresentou-se aos chefes reivindicando o pagamento das horas extras a 25%; um subsídio de licença; uma promoção geral; e o horário de semana inglesa. Com base nessas reivindicações foi redigida uma exposição a ser enviada à Administração.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PORTO — Um numeroso grupo de bancários do Porto remeteu ao Sindicato uma bem elaborada exposição em que são apresentadas algumas das reivindicações mais prementes da classe. Transcrevemos a seguir uma passagem desse documento: "Tinham ou não tinham razão os Sindicatos, em Dezembro, último, para reclamarem a revisão de vencimentos? Estamos convencidos de que tinham! O aumento do custo de vida é, fundamentalmente, um processo exterior a nós. Sofremos esse processo, e sempre toda a gente entendeu que bastaria sofrê-lo durante um tempo limitado. Fim do esse tempo, os vencimentos seriam actualizados. Sempre assim foi. Não compreendemos que hoje, em situação idêntica, se possa recusar válidamente esta solução. As alterações propostas pelo Sindicato ao actual Contrato Colectivo não carecem de qualquer contrapartida. Elas é que são a contrapartida do aumento de custo de vida verificado! Se o Grémio pretende qualquer concessão, deve ela considerar-se como um problema novo nas negociações Sindicato-Grémio. Será uma concessão a exigir uma correspondente compensação".

## No Campo

ÉVORA (Do Correspondente) — Apesar da intensa emigração verificada, não tem havido falta de braços para os trabalhos agrícolas. As consequências do Plano Intercalar de Fomento já se estão sentindo

na mecanização acelerada da lavoura. Com a facilidade de financiamentos, os principais latifundiários vêm motorizando os seus equipamentos. Só no distrito de Évora foram vendidas este verão mais de 70 ceifeiras — debulhadoras, o que elevou o seu total para mais de 200.

A área do cultivo do trigo continua decrescendo em benefício de culturas de exportação como o tomate. E o que faz por exemplo o governador civil de Évora, José Mira, um dos maiores latifundiários alentejanos.

De um modo geral, a campanha das ceifas não se caracterizou este ano pelo mesmo panorama de lutas oferecido pelos anteriores. Como a ceifa manual só se faz onde não chega a máquina, a procura de trabalho excedeu quase sempre à oferta. A falta de comissões de unidade em muitos concelhos do Baixo Alentejo explica a pouca combatividade da maioria dos trabalhadores. Não seria correto falar-se em desinteresse. Acontece apenas que os elementos mais combativos, precisamente aqueles que tinham adquirido uma valiosa experiência nas lutas pela jornada de oito horas, em 1962, foram mobilizados e enviados para África ou então emigraram para França. Daí a acentuada quebra de combatividade.

---

**PORTUGAL DEMOCRATICO**

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura  
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Junio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentlman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos  
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1  
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Indrská 111  
C.14 Schánka 646 — Praha 1  
Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático»

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191  
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo  
Caixa Postal 6248

Composto na  
Editora ESCRITOS Limitada  
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso . . . . . NC:R 0,20  
Assinatura anual . . . . . NC:R 3,00

ANO XI • Nº 122 • OUTUBRO/1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

O ÊXODO  
DE TRABALHADORES

Certos países sofrem as consequências de um constante êxodo de técnicos e cientistas. Portugal, pelo contrário, tem de haver-se com um êxodo de trabalhadores de qualquer tipo, inclusive daqueles que não têm qualquer especialização profissional. O fato de isto se verificar no contexto de uma economia estagnada impeliu o governo do dr. Salazar a adotar no princípio deste mês medidas destinadas a deter a contínua saída de trabalhadores. A decisão não surpreendeu ninguém. Na verdade, as medidas em aprêço já haviam sido previstas em Fevereiro, no estudo sobre a economia portuguesa preparado pela OCDE.

A emigração registrada pelo governo (excluída a emigração para as províncias ultramarinas de Portugal) aumentou no período 1961-66 300%, ascendendo a 120.000 pessoas. Esta cifra oficial não tem em conta a emigração ilegal, que a OCDE assinala em seu informe, qualificando-a de "importante". O maior aumento dos últimos anos produziu-se na emigração para países da Europa Ocidental, especialmente para França: desde 1964 que essa emigração europeia supera, só por si, a quantidade de pessoas que se incorporou à população ativa de Portugal. É possível que essa corrente humana dirigida para a Europa se veja reduzida num futuro próximo pelo comportamento não muito dinâmico das economias da França e da Alemanha Federal. Entretanto, deve levar-se em conta que a atração exercida pela demanda de trabalhadores da Europa Ocidental é apenas um dos fatores do êxodo português. A sua causa principal é a falta de oportunidades dentro de Portugal, problema que a OCDE aconselhou o dr. Salazar a resolver. Mas a mesma OCDE salientou no seu estudo que uma restrição temporária da emigração poderá tornar-se inevitável. O governo português demonstrou estar preparado para adotar as medidas restritivas, mas, lamentavelmente, ignorou por completo, na elaboração do seu orçamento de 1967 a recomendação da OCDE de procurar um crescimento mais acelerado da sua economia.

A única coisa que estas circunstâncias auguram — com o crescimento económico retardado por uma mescla de formalismos legais e de fundamentalismo económico — é que a emigração ilegal está destinada a tornar-se ainda mais "importante".

Visto em termos puramente portugueses, o problema é um pouco mais amplo: praticamente desde o início da actual década que se vem observando

uma maior rigidez na oferta de mão de obra. Por detrás do fenómeno emigratório vinha-se produzindo um fenómeno de aumento da população ativa nas cidades, embora em princípio parecia que a ponderável percentagem da população que permanecia empregada em tarefas agro-pecuárias ia consumir uma reserva durante bastante tempo.

O aumento do nível do emprego nas cidades introduziu um fator de competência traduzido na procura de melhores salários, reivindicação apenas parcialmente satisfeita. Quando a este processo se foi agregando o fluxo de fundos remetidos pelos trabalhadores emigrados, a consequência inevitável disso foi um aumento generalizado da demanda no mercado consumidor. É o que torna difícil proporcionar as melhores oportunidades domésticas recomendadas pela OCDE.

O fator militar

O problema limitar-se-ia a ser difícil se não houvesse um terceiro fator que contribui para a complexidade do panorama total. Paralelamente ao aumento do nível do emprego urbano, foi-se verificando uma maior absorção da população ativa pelas Forças Armadas que, em 1966, receberam aumentos salariais da ordem dos 20%. Do ponto de vista da situação económico-social de Portugal Continental isso não parece ter muito sentido. A explicação do fato achamo-la na teimosa decisão do governo do dr. Salazar de continuar aferrado aos territórios coloniais.

O segundo plano quinquenal, cuja aplicação se concluiu em 1964, fizera avançar a economia portuguesa num ritmo de 6% ao ano: a violência rebelde em Angola foi o obstáculo mais sério que encontrou no seu caminho. Assim, não causa surpresa que tendo sido adotado um plano especial para o período 1965-67, o orçamento deste ano outorgue prioridade ao que se convencionou chamar "a preservação da integridade territorial do país": por outras palavras, a ação militar defensiva em África.

Com um orçamento militar que representa quase 40% dos gastos totais, explica-se que o dr. Salazar se tenha preocupado em evitar o recurso fácil do financiamento inflacionário: o ano passado só recorreu a empréstimos para financiar investimentos produtivos. Mas este ano, segundo as estimativas, as despesas oficiais vão superar as de 1966 em mais de 15%; o que surpreende é que no orçamento os gastos com o bem estar económico-social e cultural do país ocupem apenas o terceiro lugar, depois do orçamento militar e dos projetos de ajuda às colónias.

(in the Economist)

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Destino:	1960	1961	1962	1963	1964	1965
França .....	3.593	5.445	8.242	15.223	32.637	57.315
Resto da Europa ..	211	579	918	1.876	4.165	14.180
Brasil .....	11.498	15.209	12.531	10.080	3.764	1.981
Outros (especialmente América) ..	15.156	10.507	10.179	10.170	13.320	14.012
TOTAL .....	30.458	31.740	31.870	37.349	53.886	87.488

(In The Economist, Edição latino-americana, 25-8-67).



A gravura reproduz a cena do filme "O Salto" sobre o drama da emigração clandestina a que nos referimos na pag. 3.

Salazar amplia os quadros da PIDE

Publicamos abaixo a lista de admissões de agentes da PIDE, registradas oficialmente durante o ano de 1966. Como é sabido, a polícia política portuguesa, PIDE, é um dos instrumentos de terror, o mais aperfeiçoado e eficiente, de que Salazar se serve para dominar o povo português há 40 anos. Treinado inicialmente por KRAHMER, da Gestapo, e posteriormente por outros "técnicos" estrangeiros, o bando de assassinos a serviço do mais velho ditador do mundo, reforça-se e amplia-se todos os anos para procurar conter a luta do povo português pela liberdade e pela democracia.

Importa esclarecer que a PIDE não é apenas constituída pelos desclassificados que aceitam publicamente o cargo e cuja nomeação consta das páginas do Diário do Governo, donde retiramos os nomes dos biltres que abaixo indicamos. Paralelamente às admissões oficiais, novos quadros secretosos são recrutados para agir nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos quartéis, nos cafés, nas ruas e estradas, nos locais de diversão e recreio, públicos e privados.

Por toda a parte está a PIDE, constituída pelos agentes oficiais, pelos secretos, pelos "informadores", pelos "bufos" — os vampiros, estigmatizados pela canção de José Afonso — que espionam as conversas e os movimentos dos portugueses. Porém, nem assim Salazar consegue sufocar a luta do povo português pelo pão, pela paz e pela liberdade. E não será a centena de delinquentes com que Salazar reforçou o seu aparelho de terror que impedirá a conquista da democracia em Portugal e a independência das colónias.

Para que os povos de Portugal e colónias lhes recordem os nomes e dêles se possam defender, para que desde já sejam votados à excreção pública e mais tarde julgados como merecem, indicamos a seguir os agentes oficiais do crime, a mando de Salazar, assinalando os que foram nomeados para servir nas colónias:

Fernando Bessa de Almeida, José Luís Joaquim, António Martins Tapada, Afonso Henriques Nunes, José da Costa, Rui Guilherme Brito, Osório Valdeiros, Domingos Moreira Gomes, Mário Marques Repas, Francisco da Silva Rebelo, Joaquim Parente Galdes, Justino Estevão Baía, Tibúrcio Francisco Ribeiro (Moçambique), João Roque Rebelo (Timor), Dario da Cruz Ferreira (Moçambique), Manuel da Con-

scição Tarouca, Augusto Simões, Jacinto Bento de Abreu, Sebastião José da Mota Souza, António Soares Barbosa, Maria José Ferreira Carneiro Varela Mendes, Jaime António Gonçalves, Norberto Bernardino Ferreira, Glória dos Santos Vieira, Angelo Oscar Vilela Estêves, Eduardo Simões Ferreira, Edite Maria de Matos Correia das Neves, Antónia Pinto Henriques Lucas, Camilo Manuel Simões Osório, Joaquim Luiz Pereira Martins, Fernando Vinagre dos Santos, Abílio Dias Pereira, Manuel Pereira de Oliveira, João Jacinto Sousa e Silva, Maximiano da Costa Ferreira, Luís Gonçalves Ribeiro, José Mendes Cruz de Almeida, Rui Carlos Vieira Aguiar, Gil Pinto Morris, Graciano Rodrigues Lajes, Joaquim Alexandrino Espadinha Manaça, João Alberto Sola Gimenes, Manuel Joaquim Morais Teixeira, Hermes Joaquim Delgado, Luís Laranjeira de Barbosa, Rogério Augusto Cuimariães, Armando Henriques de Matos, Manuel Esteves Fernandes, Maria Alice Baptista Figueiredo, António Augusto Gonçalves Lima, Francisco Mesquita Gonçalves, Jorge Gouveia Rosa (Angola), José Oliveira Antunes (Angola), Cândida Amélia Malta Lomba Duarte Robalo, Arnaldo Manuel Fernandes de Oliveira, José Moreira Gonçalves, José Fernando Valdiviesso, Alfredo Fonseca Costa, Albino José Morris, António José Souza Rodrigues (Guiné), Gilberto Augusto Rodrigues (Guiné), Carlos Alberto Cid, Joaquim Manuel Mendes Oliveira, Américo dos Santos Teixeira, Henrique Norberto Cordeiro, Anibal Ferreira Gomes, António José Souza Rodrigues, Armando Jorge da Silva Reis Vieira, António Lemos da Silva, Salvador José da Silva Ribeiro, Dorivaldo Joaquim Ferreira Leitão, David Carlos de Oliveira, Maria da Nazaré Leitão, Vitor Maria Ferreira, António João Marquito Arês, Joaquim António Loureiro do Nascimento, Carlos Manuel Rodrigues, José Maria Silva Lopes, Manuel Baptista Pires, Manuel das Neves Pontes, Acácio Abílio de Almeida, Horácio Mendes Cavaleiro, Virgínio Queiroz Monteiro, José Valdemar do Couto Martins Viana, José Marques Lopes, Domingos Gonçalves Dias, José Francisco Pereira, Mário Duarte Salgado Ventura, Arménio Pedro Bronze, Artur José Vieira, António Pereira Malta, Luís Coutinho Coelho, Manuel Fernando Vaz Pires, José Augusto Miranda, Fernando Luís Gonçalves, Francisco Luís de Magalhães Castro, António Augusto de Almeida.

Prepotência  
Fascista  
Denunciada  
pela A.I.J.D.

Os democratas portugueses do Brasil têm uma dolorosa experiência dos abusos cometidos pelas autoridades fascistas no que diz respeito ao direito de locomoção de elementos da oposição. Não estranharão por isso que em Portugal, com maioria de razão, haja antifascistas vítimas de recusa de passaportes. Uma das mais recentes foi a conhecida advogada Maria do Carmo Medina, a quem o governo e a PIDE não perdoam a coragem e a exemplar dignidade com que defendeu sempre nos tribunais de Angola patriotas que o regime de balde procurava equiparar a criminosos vulgares. Compreende-se assim que a PIDE após umas férias passadas em Portugal lhe tenha recusado a documentação necessária para regressar a Luanda onde vinha exercendo desde 1951 a sua atividade profissional.

Informado da prepotência, o secretário geral da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, Joe Nordmann, endereçou ao ministro da Justiça de Portugal o seguinte protesto:

"A Associação Internacional dos Juristas Democráticos exprime a emoção dos juristas ante a medida que atinge D. Maria do Carmo Medina, no final de umas férias passadas em Portugal, impedindo-a de voltar à cidade de Luanda onde advoga há vários anos. D. Maria do Carmo Medina exerce com alta consciência profissional o seu papel de defensor e tem assegurado nessa condição a defesa de numerosos presos políticos angolanos. Assim, a proibição de regressar ao seu domicílio e ao lugar onde exerce a sua profissão não constitui apenas um atentado grave à livre circulação das pessoas garantida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, mas também uma violação da independência da profissão de advogado que impõem uma e outra como primeiro dever a ajuda à manifestação da verdade salvaguardando os direitos da defesa. É por isso em nome dos advogados respeitadores da sua missão, agrupados na AIJD, que exprimo o desejo de que V. Exa. peça às autoridades portuguesas responsáveis a anulação da medida tomada para com a nossa colega e a necessária autorização para que ela possa regressar a Luanda".

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil  
Endereços de Assinantes